

Resultado precário do setor público

No mês de março, o conjunto do setor público apresentou superávit primário – que exclui o pagamento de juros – de R\$ 5,560 bilhões. Nos três primeiros meses, ele foi de R\$ 13,580 bilhões – equivalente a 4,94% do PIB – superando em 87,6% a meta trimestral fixada no acordo do FMI.

Essas notícias podem dar a impressão de que a batalha do saneamento das finanças públicas está ganha, alimentando sonhos de reduzir os esforços nessa direção para permitir um maior crescimento econômico, inibido, atualmente, pela contenção de gastos públicos e pela excessiva carga fiscal. No entanto, a análise desses resultados positivos precisa levar em conta que eles se devem, em parte,

à redução da taxa básica de juros e, mais ainda, ao atraso na votação do orçamento federal, que adiou alguns gastos, além da contabilização dos depósitos judiciais como receitas.

Fato raro, o mês de março apresentou superávit nominal (que inclui os juros) de R\$ 1,169 bilhão e que chega a R\$ 2,297 bilhões no caso do governo central, o que vem confirmar que o atraso na votação do orçamento teve um papel extraordinário no resultado. Aliás, em março do ano passado, e pela mesma razão, houve um superávit nominal do governo central muito maior: R\$ 13,889 bilhões.

Ao analisar as contas públicas apenas no conceito primário (base do acordo com o FMI), verifica-se uma redu-

ção do déficit do INSS, que tem sido constante neste ano e que caiu de R\$ 2,160 bilhões no 1.º trimestre de 1999 para R\$ 1,758 bilhão no 1.º trimestre deste ano, em razão de algumas medidas adotadas, mas que estão longe de resolver o problema do desequilíbrio. A contribuição mais positiva foi dos governos estaduais que tiveram, em conjunto, déficit primário de R\$ 163 milhões no 1.º trimestre do ano passado e agora apresentaram superávit de R\$ 2,506 bilhões, proporcionado pela transferência da maior parte das suas dívidas para o Tesouro Nacional. Isso permitiu maiores investimentos nas empresas estatais estaduais, cujo superávit primário diminuiu. Houve também ligeira redução do superávit dos go-

vernamentos municipais.

Um comentário do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes – “Não posso afirmar nada sobre maio” –, mostra que ele reconhece que o Orçamento da União, no 1.º trimestre, esteve contingenciado e que haverá mais gastos de custeio e de capital nos próximos meses. Lopes alertou para o aumento das despesas do INSS a partir de maio em razão do reajuste do salário mínimo e lembrou que as receitas dos depósitos judiciais serão menores.

De qualquer forma, o resultado do 1.º trimestre permite dispor de uma margem de segurança para os próximos meses, embora não permita, de forma nenhuma, uma revisão da política de austeridade.